

SECA, MIGRAÇÃO E MORADIA: ONDE FICA A MULHER? INVISÍVEL?

Deolinda de Sousa Ramalho **

“Uma das grandes contribuições do feminismo tem sido a profunda crítica e o desmascaramento dos suportes do paradigma dominante, que coloca os homens (ocidentais) como ponto de referência universal e que transforma as mulheres (e outros) em diferentes ou INVISÍVEIS” (Jelin, 1994: 125).

CONTEXTUALIZAR É PRECISO

A situação de calamidade pública, verificada no Nordeste semi-árido, a cada período de seca, tem se tornado uma constante na vida da população residente nesta região. Este fenômeno tem afetado profundamente os pequenos produtores rurais – mais especificamente as mulheres – que sobrevivem de culturas de subsistência produzidas a cada ano.

Devido à frequência com que tem ocorrido a seca no Nordeste, esta sempre tem sido usada associada ao conjunto de problemas estruturais da área, servindo, portanto, de argumento para expli-

* Este artigo foi escrito como parte integrante da pesquisa “A Urbanização no Estado da Paraíba e sua Relação com a Formação de Populações Periféricas: O Caso de Campina Grande – PB”, financiada pelo CNPq.

** Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, Paraíba – Brasil.

car as causas das precárias condições de vida da população, desvinculando-se da questão social. É, todavia, a organização social e política da região que interfere de forma negativa no desenvolvimento do Nordeste. O problema está mais na base em que se assenta a agricultura do que nas irregularidades pluviométricas. Na presença de uma política bem dirigida, a seca poderá ser aceita como uma parte normal do clima e não como um evento extremo, um desastre, uma calamidade. Concorda-se com Maskrey (1994), quando afirma que desastre não é sinônimo de ameaça natural. Um desastre é um fenômeno eminentemente social.

Dada a fragilidade da economia regional, já que nenhuma medida de impacto tem sido tomada até o momento, com vista a mitigar a pobreza, o efeito acumulado devido ao fenômeno da seca, em termos econômicos e sociais, tem sido profundo, senão mesmo maior do que os grandes desastres como terremotos, erupções vulcânicas, etc., e reflete diretamente na área urbana. Sua ocorrência não provoca, no entanto, o impacto das grandes catástrofes, por se dar num contínuo e prolongado período sem chuva e numa degradação lenta de energia da população e da natureza.

Esgotadas as possibilidades de sobrevivência na área rural, tendo em vista a situação de extrema fragilidade econômica e social, a população pobre em geral utiliza como estratégia de sobrevivência a migração da família ou de alguns de seus membros. Visto que as cidades para onde tem se dirigido, mais recentemente, a maioria dos migrantes não possui estrutura adequada para absorvê-los, estas experimentam a cada dia o alargamento de suas áreas periféricas, resultado, em sua grande maioria, de ocupações ilegais, já que esta população está tão pobre que não pode alugar ou comprar uma casa ou barraco, respeitando as leis do mercado. O resultado tem sido o crescimento inusitado das favelas em cidades de médio e até mesmo pequeno porte.

Embora estudos sobre o êxodo rural no Nordeste, (Targino e Monte, 1988; Souza, 1987; Carvalho, 1990) não apontem a seca como fator de expulsão da população rural, devendo suas raízes ser buscadas no processo de modernização conservadora, pela qual vem passando a região, não se pode desprezar um fenômeno climático com as dimensões das grandes secas nordestinas, haja vis-

ta o impacto acumulado gerado por este fenômeno ao longo do tempo. Isso não quer dizer que o clima seja o fator principal das mudanças, pois a vida não é limitada pelo mundo das coisas.

Levantamentos oficiais e alguns estudos sobre favelas (Perlman, 1981; Gohn, 1985; Amman, 1991; Ramalho, 1993) têm verificado que grande parcela de seus moradores é migrantes rurais e que uma significativa percentagem das famílias residentes nestes locais são chefiada por mulheres. Todavia, as favelas têm sido vistas como um fenômeno essencialmente urbano. Partindo-se desta contradição, este trabalho tenta mostrar, utilizando-se em alguns momentos de informações empíricas da cidade de Campina Grande, a existência de uma interligação entre seca, migração e moradia, considerando-os como partes integrantes de um mesmo processo, afetando o rural e o urbano.

Esta mesma problemática tem sido levantada por Ridley-Leigh (1988) ao constatar que os trabalhos, que tratam de migração e favelas, apresentam forte bias urbano, considera-os como processos distintos, deixando de explicitar a ligação entre condicionantes migratório e expansão das favelas, e são, geralmente, orientados por uma perspectiva masculina.

Ao contrário do que se poderia pensar, a mulher tem tido uma participação ativa na mitigação da seca, no processo migratório e na luta pela moradia, sendo, até muitas vezes, mesmo na presença do seu companheiro, o centro da família. Além de se tratar da interligação entre seca, migração e moradia, neste trabalho a atenção se dirigirá, principalmente, para a identificação do específico de gênero neste processo.

Há necessidade de que a mulher sempre ativa, participativa, trabalhadora, mas "INVISÍVEL" seja vista com outros olhos. Ao invés de analisar-se a mulher como dependente, apática, obediente a normas e pressões, procura-se entendê-la como atriz capaz de manipular normas e estabelecer relações para seu próprio benefício e de sua família no contexto social mais amplo.

A MULHER NA SECA

A seca no Nordeste que, sobretudo no último decênio, ocorreu com freqüência inusitada, desorganiza a economia agrícola e as próprias unidades familiares do semi-árido.

A mulher, pequena produtora rural, tem dado uma contribuição efetiva, através das tarefas que executa no seu cotidiano, nas unidades familiares de produção. Seu papel torna-se ainda mais importante em situações de seca, cabendo a ela, muitas vezes, assegurar a sua sobrevivência e a dos filhos, ao mesmo tempo que contribui para a preservação da pequena unidade produtiva¹.

A partir deste contexto, pretende-se destacar a realidade da mulher rural trabalhadora. Tenta-se ilustrar a interação existente entre a esfera familiar e a esfera produtiva, já que a mulher não percebe o espaço de forma dicotômica, independente, mas de maneira articulada. Procura-se, desse modo, interpretar, chamar a atenção para suas práticas cotidianas, lutas e esperanças, destacando a importância da mão-de-obra feminina na pequena produção familiar, INVISÍVEL, raramente mensurada, e até por que não dizer: simbolicamente desprestigiada².

O esforço de reconstrução fundamenta-se na necessidade de tornar VISÍVEL o papel da mulher, o que tem passado muitas vezes despercebido mesmo pela sociologia rural, sociologia do trabalho e outras áreas do conhecimento. Na realidade, um modelo de mulher permanentemente inativa parece ser totalmente falso no entanto, os conceitos e procedimentos metodológicos para medir o trabalho sempre ocultaram a contribuição feminina, principalmente quando elas exercem atividades informais, que permanecem INVISÍVEIS nas estatísticas oficiais.

¹ A mulher tem contribuído de várias formas para preservação da unidade produtiva. Neste caso específico, enquanto o homem emigra à procura de trabalho e de ganhos necessários à subsistência da família, a mulher fica em casa substituindo o marido e gerenciando a terra.

² Numa pesquisa realizada pela autora, no semi-árido paraibano, constatou-se que o fato de a mulher pobre trabalhar no roçado era percebido por ela própria e suas vizinhas como um sinal de desprestígio, de pobreza em relação a outras mulheres que poderiam, no dizer delas, se "dar ao luxo de não precisar ajudar o marido no roçado, porque ele podia pagar um trabalhador alugado", prestígio este que se estende também ao homem.

Entre a população mais pobre, a mulher é, em regra, a responsável pela satisfação das necessidades da família e está consciente disso, mais na área urbana que na rural, chegando ao ponto de se considerar chefe de família, mesmo com a permanência do marido no lar. Dieter Bruhl, ao tratar desta questão, coloca-a nos seguintes termos:

“Embora, então, a importância da mulher para a totalidade do cotidiano da família rural pobre seja evidente, isto se materializa de fato numa posição importante na estrutura familiar somente após o processo de migração para a cidade, e é percebido também pelas mulheres entrevistadas. A experiência de que é o sexo feminino que “salva” a família na cidade, provoca o fato de que a vontade de autodefesa se transforma, passo a passo, em consciência sobre a importância da mulher para o cotidiano familiar: na cidade, as mulheres se percebem mais frequentemente que no campo como chefes de família” (Bruhl, 1988; 38).

A partir de experiências vividas, participação em seminários, de dados qualitativos não sistemáticos, foi possível identificar dentro da categoria de pequenas produtoras rurais três tipos de mulher trabalhadora. No primeiro tipo, tem-se a mulher rural esposa que convive com o marido e os filhos na mesma unidade de produção, mas que, nem por isto, deixa de trabalhar no roçado e nas lidas da casa e que, nos tempos de seca, mesmo com a presença do marido no lar, engaja-se nas frentes de emergência, recebendo um mísero salário (inferior ao que é pago ao homem) para complementar a renda familiar.

O segundo tipo se refere à mulher trabalhadora rural chefe de família, que, por ser viúva ou separada, assume a totalidade das tarefas na unidade de produção, principalmente quando os filhos são ainda menores. Esta categoria de mulher, devido às dificuldades que enfrenta, é a mais propícia a emigrar para as cidades, principalmente na época das secas e quando não pode contar com a ajuda de parentes, a fim de ter acesso a mais recursos econômicos; neste caso, a migração surge como forma de garantia de sua sobrevivência material, embora haja uma vontade declarada de

permanecer na terra³.

Como resultado das secas constantes, pode-se ainda encontrar no semi-árido nordestino, um terceiro tipo de mulher trabalhadora, são as chamadas "*viúvas da seca*" que, mesmo casadas, ficam sozinhas, assumindo a responsabilidade de solucionar o problema da fome, prolongando sua jornada de trabalho, já que os homens saem para as mais diferentes partes do país à procura de trabalho. Abandonadas à própria sorte, gerenciando o lar, cuidando do que "*resta*", vendo os animais enfraquecidos morrendo de fome, sofrendo com os filhos, chorando por não ter o que comer, lutam com todas as forças, alimentam-se do que antes era imprestável para alimentação humana, organizam-se, formam verdadeiras romarias para pedir ajuda às autoridades da cidade mais próxima, chegando até a participar de saques nas feiras. Algumas, de vez em quando, recebem os trocados enviados pelo marido, outras são totalmente esquecidas e permanecem viúvas, mesmo com a chegada da chuva e o marido vivo.

De forma generalizada, pôde-se constatar a INVISIBILIDADE, a falta de percepção da atividade da mulher na pequena produção, principalmente para determinadas atividades que são tradicionalmente consideradas masculinas. Esta INVISIBILIDADE, é ainda mais, afetada pelos efeitos da presença do homem no lar que quase sempre anula a participação da mulher, mesmo quando muitas vezes é ela mais do que o homem, a provedora do lar.

A mulher trabalha há séculos na agricultura, embora como mostra Durhan (1983: 16):

"Todas as sociedades humanas conhecidas possuem uma divisão sexual do trabalho, uma diferenciação entre papéis femininos e masculinos que encontra na família sua manifestação privilegiada. É verdade que as formas dessa divisão sexual são extremamente variadas, assim como variam a extensão e rigidez da separação entre as tarefas consideradas próprias aos homens e aquelas atribuídas às mulheres."

³ Em uma pesquisa realizada na periferia de Campina Grande, encontra-se grande quantidade de mulheres viúvas, migrantes da área rural, que declararam terem vindo morar na cidade forçadas pelas circunstâncias.

Assim é que, dentro de um mesmo contexto social, se podem encontrar variações, como é o caso da limpa da terra onde, em algumas propriedades no nordeste, é feita só pelo homem; já em outras, a mulher também executa essa tarefa. Conforme o colocado acima, não há uma regra geral. Nas famílias, onde não existe a presença masculina, a mulher assume todas as tarefas no roçado, em todas as etapas e durante todo o ano, seja no período da seca ou do inverno.

Durante anos, acreditou-se numa suposta inatividade da mulher. Ela era vista como responsável pela reprodução, pelo cuidado da casa e dos filhos, exercendo uma condição marginal nas atividades produtivas. Assim é que, mesmo gerando renda na agricultura, passa totalmente INVISÍVEL dentro e fora da família.

Esta visão tem influenciado, diretamente, os grandes projetos de desenvolvimento rural, onde são visíveis formas específicas de discriminação próprias à condição de gênero. A mulher não tem voz, onde possa propor a construção de seus direitos, partindo, desde o acesso à terra, à inserção no mercado de trabalho e à incorporação em políticas agrícolas capazes de garantir dignamente a sua sobrevivência e a da sua família. Embora a mulher tenha seus direitos garantidos pela constituição, na prática, deixa muito a desejar pois *“não é minoria, mas continua lutando com a mesma dificuldade pelos seus direitos e pela sua cidadania”* (Pamplona, 1993: 41). O direito como ressaltado por (Minow, 1990: 9 citado por Jelin, 1994) *“não consegue resolver o significado da igualdade para aqueles definidos como diferentes pela sociedade”*.

No caso das famílias chefiadas por mulheres, estas são consideradas como formas incompletas ou marginais e não como alternativas de organização familiar. Os poucos e pequenos projetos, e nunca programas dirigidos à mulher, pretendem gerar rendas advindas de atividades marginais, esboçadas fora do circuito do mercado (Vicioso, 1991; Barrige e Wehkamp, 1994) influenciando a formação de relações de gênero, permanecendo a mulher numa situação de desigualdade em relação ao homem. Quando muito, os programas oferecem à mulher capacitação para tarefas determinadas, baseadas no papel tradicional. Sua produção normalmente é de pequeno valor, embora os animais que as mulheres criam

para alimentar a família e a roça doméstica contribuam significativamente no orçamento familiar. É preciso que seja concedido à mulher o direito de ser considerada responsável no interior da família e da unidade de produção, face aos órgãos fomentadores das políticas agrícolas e agrárias.

Torna-se premente, por parte dos que planejam o desenvolvimento e dos que desenvolvem programas para agricultura, uma maior capacitação ideológica, “em geral as relações de gênero não são percebidas como sendo socialmente construídas, mas concebidas, no plano da cultura, como sendo determinadas pela ordem da natureza” (Corrêa, 1994: 21). A visão, que esses planejadores possuem, está muito longe da imagem sobre a mulher e a produção, e corresponde, segundo Pineda (1991) à quase extinta mulher do Terceiro Mundo “*mantidos por um provedor auto-suficiente e cujo ócio improdutivo é necessário canalizar*”.

É preciso ver a mulher, considerando-a como sujeito ativo, entendendo seu verdadeiro papel na sociedade, para que sua atividade não seja tida como marginal ou complementar. Neste sentido, tem-se que tomar cuidado para não reforçar os papéis tradicionais da mulher para que esta possa ser incorporada como cidadã plena no processo de desenvolvimento. A mulher do semi-árido, “*da seca*”, até agora esquecida, INVISÍVEL, necessita ser ouvida. Ela deve decidir quais são suas reais necessidades, as mudanças devem-se dar a nível local. “Os programas de desenvolvimento rural, em particular, deveriam facilitar o acesso das mulheres aos recursos econômicos e aumentar a sua capacidade de tomar decisões em relação a assuntos que afetam a produção agrícola. (Sadick, 1993: 30).

A MULHER NA MIGRAÇÃO

A mobilidade espacial de uma população é reflexo de um conjunto de variáveis sócio-econômicas e, muitas vezes, até políticas. São, portanto, as condições existentes na área rural nordestina, principalmente a concentração fundiária associada ao fenômeno da seca, que levam as pessoas desta região a migrarem. A esse

respeito, escreve Eduardo Machado:

“Como é amplamente conhecido, a seca duplica os efeitos de uma estrutura agrária excludente, afetando diferencialmente as categorias sociais, conforme o nível de capitalização de cada uma. Enquanto as categorias de proprietários capitalizados que possuem gado pode neutralizar os efeitos da seca, transportando cabeças para área onde estejam a salvo, ou então vendê-los, para obter liquidez, aqueles que não têm nenhum patrimônio são obrigados a fazer todo tipo de serviço para sobreviverem. Temida por todos que vivem da agricultura, a seca é ainda uma oportunidade de acumulação fundiária para alguns e um momento de desarticulação para outros” (Machado, 1990: 391).

Assim, no momento em que o pequeno proprietário vende a terra, o caminho é a emigração interpretada como um movimento em direção à proletarização, representa o envolvimento do migrante com o trabalho assalariado.

A principal e mais permanente rota dos migrantes nordestinos tem sido em direção ao sul do país. Estudos parciais realizados há pouco tempo no Nordeste (Coelho et alii, 1986; Scott, 1995; Amaral, 1993) revelam que, com o aguçamento da crise econômica dos últimos anos, têm ocorrido mudanças significativas no comportamento das correntes migratórias. A região Sudeste reduziu seu poder de atração, verifica-se a ocorrência de um fluxo migratório de retorno. A pobreza no Brasil inverteu a tradicional rota migratória dos nordestinos. Para cada nordestino que segue para o sul do país, principalmente São Paulo, estima-se que cinco estão fazendo o caminho de volta⁴. A Central de Triagem e Encaminha-

⁴ Fim da década de sessenta e início de setenta representam o período mais dinâmico do desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro que, por sua vez, provoca um movimento de urbanização, cuja característica principal se observa na concentração populacional em grandes metrópoles industriais. Neste mesmo tempo, se observa uma visível ampliação das desigualdades regionais. A região Sudeste, ao contrário do Nordeste, desponta, onde se destacam São Paulo e Rio de Janeiro como pólos atrativos de mão-de-obra. Hoje, devido à concentração da crise nos grandes espaços urbanos, a migração tem mudado sua rota, fala-se, inclusive, na presença de um provável movimento de migração de retorno para o Nordeste, como possível fenômeno da década de 90.

mento (CETREM) da Secretaria de Promoção Social de São Paulo, calcula que, na última década, houve um incremento médio de 20% a cada ano do número de nordestinos que pediram ajuda para voltar.

Dado tal processo, as cidades de porte médio, a exemplo de Campina Grande, têm experimentado um novo modelo de expansão urbana. Para se ter uma idéia deste processo, basta lembrar que, enquanto até o ano de 1979, Campina Grande contava com apenas três favelas, nove anos depois, já tinha 17 favelas e 253 cortiços, reunindo uma população aproximada de 70 mil habitantes. Atualmente a cidade conta com 28 favelas, 900 cortiços e cerca de 120 mil favelados.

Em uma pesquisa realizada pela autora, em favelas de Campina Grande, 76% das famílias entrevistadas eram migrantes; destas, 80% vinham de área rural; 30% das famílias eram submetidas a orientação de mulheres como chefes de família. Quando indagados sobre os motivos que as fizeram migrar, 52% alegam falta de trabalho no campo; a segunda principal causa da migração foi a venda da terra, devido à seca. Investigações também foram feitas acerca do papel da mulher neste processo e constatou-se que a mulher tem funcionado como uma forte incentivadora desses movimentos e é ela muito mais do que o homem que decide o lugar onde vai morar. Isto se deve, como ressaltado por Ridley-Leigh ao contato que esta mantém com os parentes que já migraram anteriormente, *“é a mulher migrante em potencial quem mobiliza os lugares de destino e determina assim, para qual dos possíveis lugares de destino a família vai migrar, e com quem vai ficar inicialmente”* (Ridley-Leigh, 1988: 214).

Geralmente parte-se do princípio de que os migrantes, como sujeitos ativos, são, na sua maioria, homens, já que as mulheres são consideradas elementos passivos, que migram apenas para acompanhar o marido ou a família.

Na realidade, as mulheres representam parcela considerável da população migrante rural, embora as diferenças do efeito da migração por sexo tenham sempre sido subestimadas. Além do fato de que não se consideram, no estudo das migrações, não só

os que partem, mas também os que ficam. A migração tem um impacto considerável nos que não partem, em especial nas mulheres, sobre cujos ombros recai o grosso das responsabilidades, como já discutido anteriormente.

Estudos que enfocam as relações de gênero na migração – são poucas as pesquisas realizadas até o momento – (Ridley-Leigh, 1988; Scott, 1988; Scott, 1995; Bruhl, 1988; Silva, 1992) mostram que a visão de que a mulher migra para acompanhar o marido, de que não interfere na migração e de que está mais uma vez desempenhando um papel centrado na casa, está distante da realidade. Esta visão pode ser atribuída, em parte, aos modelos das ciências sociais que, até recentemente, tinham ignorado a participação da mulher na mudança social e política. O foco sobre o papel da mulher na migração poderá levantar críticas às já existentes teorias de migração e levar a uma desconstrução-reconstrução nestas teorias, desvendando de que maneira concepções ideológicas sobre esses grupos distorcem e mascaram a realidade. A migração acompanha a dissolução de estruturas sociais tradicionais, modificando o papel da mulher na sociedade; tem, portanto, implicações para programas de desenvolvimento e políticas relacionadas com a própria migração:

“A ênfase nos informantes masculinos possui um suporte ideológico respaldado na maneira como os papéis masculinos e femininos são conceitualizados. O homem é considerado o principal agente no processo de sobrevivência da família, situado na unidade de produção, “*na rua*”, o que lhe permite combinar trabalho e diversão fora da esfera conjugal sem perder a completa autoridade sobre ela. A mulher, por outro lado, é situada na unidade de consumo, “*em casa*”, onde é confinada ao papel doméstico ligado à produção e cuidado dos filhos, a quem não se confere um status equivalente ao do “*trabalhador*” homem. Ela é relegada a uma condição secundária, subordinada e passiva, já que é dependente do homem para segurança econômica e relações sociais (Ridley-Leigh, 1988: 210).

Há uma constante ausência na história das migrações do papel desempenhado pela mulher e parece até já ter como certa sua não participação neste processo. As diferenças entre os sexos, no que

se refere aos papéis sociais e econômicos, afetam a tomada de decisão de migrar, assumindo, de acordo com o contexto, feições próprias e diferenciadas, com implicações distintas, tanto para a sociedade, como para os indivíduos ou grupos sociais.

No Nordeste, a percentagem de mulheres que migram do campo para as cidades tem sido elevada, principalmente entre mulheres jovens solteiras⁵, uma vez que a economia rural oferece poucas oportunidades de emprego. Dada a facilidade de trabalharem como domésticas nos centros urbanos, as próprias famílias incentivam as suas mulheres a migrarem. Esta pode ser considerada também como uma estratégia criada pela família para a preservação da unidade de produção, visto que é entre as mulheres jovens e solteiras, muito mais que entre os homens, que se encontra um fluxo constante de remessas enviadas para os pais (Scott, 1986) ajudando as unidades domésticas a enfrentarem as intempéries da seca, da ausência de políticas agrícolas dirigidas ao pequeno produtor, existência de famílias numerosas e baixo rendimento do trabalho. Parry Scott tem chamado atenção para este aspecto, quando coloca que:

“... o fato inicial de migrar faz parte de uma estratégia da unidade doméstica no sentido de sua manutenção no local, especialmente quando a mesma tem acesso aos meios de produção doméstica... Em geral, pode-se afirmar que a saída de emigrantes individuais se integra a estratégias montadas pelas famílias nordestinas para ficar no nordeste, e que a “*migração para ficar*” é mais acentuada no campo, justamente onde as pressões expulsoras são mais atuantes (Scott, 1986: 102 e 103).

Os efeitos da migração feminina devem, portanto, ser considerados no contexto do desenvolvimento econômico e nas mudanças sociais. Avaliar a componente sexo na migração requer que se debuce sobre seu impacto nas mudanças sociais (Sadik, 1993). Não

⁵ Chama-se a atenção para o fato de que os benefícios econômicos da migração masculina não se traduzem, necessariamente, no envio de ajuda adequada às famílias que permanecem na unidade de produção.

se pode desprezar o peso que esta variável tem tido nos movimentos sociais, na expansão das favelas, na modificação dos agregados familiares, entre outras coisas, nas famílias chefiadas por mulheres e, por que não dizer, na construção da própria mulher como sujeito político consciente de seus direitos e deveres de cidadã.

A MULHER NA MORADIA

O Brasil e recentemente também o Nordeste estão decididamente tornando-se mais urbanos. O campo está se despovoando. Nas grandes metrópoles, não há mais lugar para se morar. Apesar disso, as migrações campo-cidade continuam, e, na região semi-árida, se acentuam ainda mais no período das secas, transferindo a pobreza do campo para as cidades.

As conseqüências deste processo – seca, migração, elevado grau de urbanização – na presença de alta concentração de renda e da terra acarretam sérias dificuldades para homens e mulheres, sendo algumas dessas mais acentuadas para as últimas, como é o caso da moradia.

O grau de urbanização da população brasileira que, em 1950, era de 36,2%, passa a 65,6% em 1980 e a 75,5% em 1991. As projeções populacionais apontam, que, até o ano 2000, a população brasileira, vivendo em áreas urbanas deverá ser de 136 milhões, o que representará 80% do total populacional (Taschner, 1992). No Nordeste, o grau de urbanização em 1980 era de 50,5%; em 1990, passa para 60,6%. Pela primeira vez, a taxa de crescimento da população rural nordestina foi negativa, com perda de mais de 550 mil pessoas. Campina Grande, algumas vezes já tomada como referência neste estudo, registrou, em 1991, um grau de urbanização da ordem de 94,2% (SEPLAN-IDEME, 1993), o que tem levado, de forma acentuada, a um processo crescente de “*periferização*”. Nestas áreas, as famílias pobres, chefiadas por mulheres, representam cerca de 28%; para o Brasil como um todo, a percentagem é de 30%.

Todavia, enquanto o crescimento urbano prossegue, a capacidade que as cidades têm de proporcionar oportunidades econômi-

cas e serviços às populações urbanas e migrantes está diminuindo. O resultado tem sido o aumento da pobreza, que se torna cada vez mais visível nas cidades. As favelas, antes um fenômeno das metrópoles, hoje se fazem presentes no cenário das pequenas cidades.

Entre outros problemas, como a questão da educação e da saúde, a escassez de moradias constitui-se num dos principais desafios a serem enfrentados pela população de baixa renda. Seus efeitos são visíveis, haja visto o crescimento das invasões, o inchaço das favelas mais antigas, a multiplicação dos loteamentos clandestinos.

Na presença de um contexto de políticas urbanas marcada pela exclusão dos pobres e pela discriminação de gênero no acesso a bens e serviços, cabe a mulher encontrar modos específicos de assumir os desafios da sobrevivência, devido aos papéis a ela atribuídos na sociedade.

Visto que as mulheres não dispõem das mesmas condições que o homem para enfrentar os problemas da vida urbana, entre eles o da moradia, devido aos baixos salários auferidos, difícil acesso a empréstimos e despreparo para lidar com questões mais formais distantes do cotidiano sofrido pela maioria das mulheres, elas têm, em geral, lançado mão da invasão ou ocupação ilegal de terrenos, na grande maioria públicos, para solucionar o problema da moradia, onde, com a ajuda dos membros da família, constroem suas próprias casas⁶.

Assim é que, por volta dos anos setenta, influenciadas pela tendência à democratização, proliferam os chamados novos movimentos sociais urbanos, onde a mulher aparece como maior protagonista de alguns movimentos “como extensão de seus tradicionais papéis femininos” (Paoli, 1981: 115) que acontecem sobretudo no âmbito dos bairros, área ampla de intervenção feminina. Temas como ocupações de terreno, acesso à escola e a creches compuse-

⁶ A invasão de terrenos na área urbana para construção da moradia não é uma ação específica das mulheres, o homem também tem participado deste movimento. Mas é na realidade a mulher que mais tem se utilizado desta estratégia. Mesmo nas famílias, onde o homem está presente, é a mulher quem em geral articula o movimento, toma a iniciativa de ocupar e, durante todo período de resistência, está presente, “vigiando o terreno dia e noite.”

ram a substância de grande parte dessas mobilizações.

Também, neste período, foram criadas associações como clube de mães, Comitê de Direitos Humanos, Associações de mulheres, etc. Vistas de dentro, essas são entidades com ártidas conotações femininas; no entanto, não é assim que aparecem do exterior. A mulher tem permanecido INVISÍVEL nestes movimentos, não se têm considerado as especificidades dos diferentes atores, nem atentado para o cotidiano das relações que aí se efetivam:

“...de fato; a temática dos movimentos sociais praticamente não identifica o gênero de seus participantes, nem se pergunta sobre o caráter que o gênero imprime à participação, às práticas coletivas aos sentidos da ação”. (Jelin, 1987:11 citado por Paoli, 1991:107). “Frequentemente, as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes.” (Lobo, 1991: 247).

À primeira vista, pode-se analisar a participação da mulher nas ocupações apenas pelo lado prático, a mulher torna-se “*proprietária*” da casa, conquista a moradia, no entanto, essa conquista transcende os limites econômicos. A participação da mulher nas ocupações faz parte de um conjunto maior de alterações que podem significar um avanço em relação a outros contextos, onde a mulher esteve confinada à casa. Ela começa a tornar-se “*gente*”, a convivência do direito vai-se formando (Corado, 1995).

A luta pela moradia não aparece na visão de Thompson (1979) de forma isolada, é fruto tanto de atividades próprias à ação humana, quanto de condicionamentos estruturais no interior de uma consciência organizada. Assim, a participação da mulher no movimento de ocupação se dá tendo, por trás, um conjunto de motivações que envolvem diferentes dimensões da vida; ela faz parte de uma rede de elementos, tanto de ordem econômica como política e, até mesmo, cultural. A inserção de mulher no espaço público é resultado de uma tomada de consciência: primeiro, de si mesma, enquanto pessoa e sujeito, e, depois, enquanto cidadã.

Neste sentido, concorda-se com Lobo (1992: 222) quando afirma:

“O projeto da casa própria é ao mesmo tempo uma solução para os problemas econômicos de sobrevivência e um mecanismo de construção de identidade: ter o seu lugar no mundo”.

Dentro da ideologia capitalista, o mercado é o elemento que une, que integra e que promove a igualdade entre todos (Santa Ana, 1993). Por isso, ter acesso ao mínimo de consumo numa sociedade regida por essa lógica significa ser parte do todo, “*ser gente*”. Dadas as desvantagens econômicas e até mesmo culturais, sofridas pela mulher em relação ao homem, a conquista do direito de moradia e de outros, através do mercado, torna-se, para mulher, um sonho distante.

Com base nas razões até aqui referidas, Fernandes (1991) propõe que se trate a questão da moradia do ponto de vista do gênero. Os programas de provisão de habitação devem reconhecer as dificuldades da mulher e oferecer alguns benefícios específicos, contribuindo para maior utilização dos recursos disponíveis, utilizando-se, para isto, da extraordinária capacidade de organização da mulher, no sentido de desenvolver soluções simples, criativas e socialmente aceitas:

“... a saída deverá ser buscada não na contraposição irreduzível entre o discurso da igualdade e o discurso da diferença, mas na elaboração de um enfoque que defenda a questão da igualdade de direitos no contexto das relações sociais, onde são apresentadas e manifestadas as diferenças, inclusive as de poder e marginalização (Jelin, 1994: 128).”

Se, por um lado, este quadro revela o aspecto trágico com o qual a mulher tem convivido, por outro, a participação ativa da mulher na luta pela moradia e outros tipos de reivindicações contribuem para esta aprender e atuar nos espaços públicos, para despertar o poder público, no sentido de incorporar um tratamento mais adequado às questões de gênero. Por enquanto, muito do que precisa ser feito está a nível formal; a nível do discurso é necessário, no entanto, que se caracterize na prática. Concorda-se com Elizabeth Jelin e Silvia Pimentel quando colocam:

“... existe na vida cotidiana latino-americana uma distância enorme entre os direitos formalmente definidos e as práticas comuns (Jelin, 1994: 128). O direito apresenta-se como algo abstrato e “*super-estrutural*” tão distante do cotidiano sofrido da maioria das mulheres que estas não se motivam a lidar com ele. (Pimentel, 1995:143).”

ONDE FICA A MULHER?

Apesar das abundantes provas de participação da mulher na sociedade, da saída em várias áreas da condição de INVISIBILIDADE, a mulher ainda não alcançou o seu lugar na sociedade e parece ter ganho mais obrigações do que conquistado benefícios. Há um longo caminho a percorrer.

A mulher, cada vez mais participa do mercado de trabalho entretanto, a grande maioria ainda está localizada nas ocupações de menor prestígio social e, geralmente recebe menor salário do que o homem, pela mesma atividade executada.

A INVISIBILIDADE do trabalho da mulher, ainda permanece nas atividades não remuneradas ou sub-remuneradas. Esta INVISIBILIDADE, é particularmente flagrante no caso das trabalhadoras rurais nordestina, cujas atividades estão basicamente voltadas para a subsistência alimentar imediata da família.

Um dos principais problemas de pequena produtora rural é sua INVISIBILIDADE no sindicato, no INCRA, nos bancos que preferem excluir as mulheres e negociar com os homens. Na área urbana esta mesma problemática se reflete em vários setores, como no caso do financiamento da casa própria, onde a mulher encontra uma série de barreiras para se integrar ao processo. Isto contribui e explica em parte, o nível acentuado de pobreza absoluta em que se encontra as famílias chefiadas por mulheres.

A mulher sempre trabalhou na agricultura, marcou presença nos grandes momentos da história, esteve presente no trabalho, na migração e nos movimentos sociais, mas não nas fontes pesquisadas, os conceitos e procedimentos metodológicos para medir o

trabalho da mulher sempre ocultaram a contribuição feminina. Embora alguns indícios de mudança já se possa visualizar neste aspecto, os estudos em geral ainda são orientados por uma perspectiva masculina.

É preciso tornar as atividades e relações sociais da mulher socialmente VISÍVEIS. Formas de pensamento não são biologicamente determinadas, mas culturalmente moldadas, o gênero não pode ser tratado como fato simples e natural. O lugar da mulher na sociedade não tem sido considerado a partir do que ela faz, mas do significado que sua atividade adquiriu através da interação social (Scott, 1988).

A forma pela qual se estruturam as relações sociais de gênero deve mudar para que diminuam as desigualdades econômicas e sociais. As relações sociais de gênero têm constituído até o presente uma cadeia de desigualdades que começa a nível micro e se estendem até o nível macro, como é o caso das políticas globais, e dos programas de desenvolvimento. Embora esses programas, nas últimas décadas passem a fazer referência a mulher, esta tem funcionado mais como um recurso econômico, não favorecendo a sua condição de sujeito; a mulher continua no mesmo lugar, não tem perspectiva de promoção. Nos programas de desenvolvimento rural são visíveis formas específicas de discriminação próprias a condição de gênero, a mulher não participa das tomadas de decisão, não tem voz, onde possa propor a construção de seus direitos.

Torna-se necessário que se deixe de pensar guiado pela masculinização do conhecimento, para que não se tenha uma visão distorcida da realidade. As análises devem ter como objetivo as práticas sociais e as instituições, onde as relações de gênero se constróem (Lobo, 1991). A compreensão do homem e da mulher não pode se dar de forma isolada (Scott, 1988).

A realidade das relações entre homens e mulheres na sociedade brasileira não tem sido considerada em sua complexidade, é necessário analisar o papel desempenhado por homens e mulheres na sociedade como também à relação que existe entre eles e entre os diferentes grupos sociais, para compreender melhor a sociedade brasileira e seus impasses econômicos políticos e culturais.

“A diferença conceitual tem implicações importantes para o desenvolvimento de propostas de ação, que incrementem a participação de homens e mulheres na sociedade civil” (Abramovay, 1995: 213).

Seguindo este caminho, a mulher se tornará VISÍVEL, “gente”, cidadã, ao mesmo tempo em que se sairá do reducionismo que leva à destruição da diversidade. Neste sentido, é possível se aproximar mais do ideal de ciência.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Miriam (1995). Uma Conferência entre Colchetes. In: Estudos Feministas Vol. 3 n(1).
- AMARAL, Ana Elizabete Perrucci de (1993). Características Socioeconômicas e Culturais da Migração de Retorno para Pernambuco. Trabalho apresentado no II Encontro Regional da APIPSA. Recife. Julho.
- AMMAN, Safira Bezerra (1991). Movimento Popular de Bairro: De Frente para o Estado em Busca do Parlamento. São Paulo. Cortez.
- BARRIG, Maruja / Andy Wehkamp (eds) 1994. Engendering Development: Experiences in Gender and Development Planning. NOVIB.
- BRUHL, Dieter (1988) A Família Pobre na Mudança do Campo para a Cidade: Experiências Nordestinas. Ciência e Cultura 40(1) pg. 29-40.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de (1990). Discutindo Transformações Recentes e Novas Questões. VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Vol. 2
- COELHO, A. L. N. et alii (1986). O Poder de Atração e Fixação de Migrantes em Cidades de Porte Médio. In: Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
- CORADO, Silvia (1995). O Papel Político da Mulher nas Ocupações de Terreno na Periferia de Campina Grande: O Cotidiano de uma Cidadania em Processo. Monografia.
- CORRÊA, Sonha (1994). Relações Desiguais de Gênero e Pobreza. Edição S. O. S. Corpo
- DURHAN, Eunice (1983). Família e Reprodução Humana. In: Perspectivas Antropológicas da Mulher. Nº 3 São Paulo. Zahar Editora.
- FERNANDES, Marlene (1991). A Mulher e a Moradia. In: Mulher e Políticas Públicas. IBAM/UNICEF. Rio de Janeiro.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes (1985). A Força da Periferia. A Luta das Mulheres por Creches em São Paulo. Petrópolis. Vozes.

- JELIN, Elizabeth (1994). *Mulher e Direitos Humanos*. In: *Estudos Feministas*. Vol. 2 nº 3, pg.117-149.
- LOBO, Elizabeth Souza (1991). *A Classe Operária Tem Dois Sexos*. São Paulo. Brasiliense.
- MASKREY, Andrey (1994). *Comunidad y Desastres in América Latina. Estrategias de Intervención*. In: *Conferencia Interamericana Sobre Reduccion Los Desastres Naturales*. Cartagena de Indias. Colômbia.
- PAMPLONA, Consuelo (1993). *Diferentes mas não Desiguais. Um Olhar Feminino Sobre a Revisão Constitucional*. In: *Proposta nº 57. FASE*.
- PAOLI, Maria Célia (1991). *As Ciências Sociais, Os Movimentos Sociais e a Questão de Gênero*. In: *Novos Estudos: CEBRAP*, nº 31.
- PIMENTEL, Silvia (1995). *Direito e Gênero: Uma Abordagem Latino-Americana*. In: *Giorgi et alii. Direito, Cidadania e Justiça*. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais.
- PINEDA, Magly (1991). *Modificando os Termos: Educar para a Cooperação a Partir de uma Perspectiva de Gênero*. In: *Mulheres e Políticas Públicas*. IBAM/UNICEF Rio de Janeiro.
- RAMALHO, Deolinda de Souza (1993). *A Sociologia da Pobreza: Moradia, Direito e Identidade (Do Pobre)*. Relatório de Pesquisa CNPq. Mimeografado.
- RIDLEY, Leigh (1988). *Mulheres na Migração: Redes de Parentesco como uma Estratégia de Sobrevivência*. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Nº 26. Especial. Mulheres Hoje.
- SADIK, Nafis (1993). *A Situação da População Mundial*. FNUAP.
- SANTA-ANA, Julio de (1993). *A Razão do Sistema: O Princípio da Exclusão*. In: *Tempo e Presença*. CEDI nº 268.
- SEPLAN-IDEME (1993). *Características do Crescimento Populacional na Terceira Região Geo-Administrativa do Estado da Paraíba (Indicadores Demográficos)* Caderno nº 12.
- SCOTT, Joan Wallach (1988). *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*. In: *Scott. Gender and the Politics of History*. New York. Columbia University Press.
- SCOTT, Russel Parry (1985). *O Retorno do Nordeste-Refúgio, Família e Reprodução*. In: *Anais do V Encontro da ABEP*. São Paulo.
- SCOTT, Russel Parry (1986). *Migrações Inter-Regionais e Estratégia Doméstica*. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol. 3 nº 1. Campinas – S.P.
- SCOTT, Russel Parry (1995). *Estratégias Familiares de Emigração e Retorno no Nordeste*. In: *Travessia. Revista do Migrante*. Nº 22. CEM. São Paulo.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes (1992). *Destinos e Trajetórias de Cam-*

- poneses Migrantes. In: Anais do VII Encontro Nacional de Estudos de População. Vol.3
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves (1987). Proletário e Migrante-Livre para Subordinação. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo.
- TARGINO, Ivan e Francisco Fernando Ribeiro Monte (1988). Evolução Recente de Mobilidade Espacial da População Paraibana. In: VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais.
- TASCHNER, Suzane Pasternak (1992). Mudanças no Padrão de Urbanização: Novas Abordagem para a Década de 90. In: Espaços & Debates nº 36. São Paulo.
- THOMPSON, E. P. (1975). Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase – Estudos sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona, Editorial Crítica.
- VICIOSO, Chiqui (1991). Mulheres e Desenvolvimento: O que significa Ver a Mulher Como Sujeito. In: Mulher e Políticas Públicas. IBAM/UNICEF. Rio de Janeiro.